



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Estudo Técnico Preliminar 225/2025

1. INTRODUÇÃO

1.1. Informações Básicas

Processo digital: 225/2025

Unidade solicitante: Departamento de Comunicação (DECOM)

Responsável: Matheus Perez Granato

1.2. Objetivo

1.2.1. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo apresentar os cenários identificados e analisados para o atendimento da necessidade de contratação de empresa para a prestação de serviços especializados na gestão de informações por meio de ferramenta integrada para curadoria e organização de dados, indexações, sinopses, conteúdos, inclusive a captação, gravação e produção de boletins e distribuição de conteúdos, com monitoramento e captura de notícias e publicidade, dotada de integração, notificação e gestão de informações para o auxílio no processo de tomada de decisão do Departamento de Comunicação (DECOM) da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica da solução identificada, fornecendo informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e a elaboração do Termo de Referência para o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

1.2.2. No que diz respeito ao conteúdo, cumpre informar que este ETP contém todos os elementos mínimos previstos no §2º do art.18 da Lei Federal n.º 14.133/21.

1.2.3. O objeto da presente contratação não consta do Catálogo Eletrônico de Padronização, disponibilizado no Porta Compras.gov.

SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO | DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO |

/ASSEMBLEIASP

WWW.AL.SP.GOV.BR

PABX (11) 3886-6000

AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SÃO PAULO - SP - CEP 04097-900 - CNPJ 59.952.259/0001-85

Alesp
190
anos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 2.1.** O Departamento de Comunicação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, tem como objetivo institucional assessorar, planejar, coordenar, supervisionar, orientar, controlar e avaliar, em nível central, as atividades de comunicação do Poder Legislativo Estadual.
- 2.2.** No desenvolvimento de suas atividades no âmbito do DECOM, a Comunicação necessita realizar uma nova licitação para o serviço de monitoramento, que é realizado por meio de ferramenta integrada para curadoria e organização de dados, indexações, sinopses, conteúdos inclusive a captação, gravação e produção de boletins e distribuição de conteúdos, com monitoramento e captura de notícias e publicidade, dotada de integração, notificação e gestão de informações por ferramenta proprietária, de forma digital e em tempo real, acrescida de uma trabalho humano de gestão do conteúdo, cujo prazo de vigência se encerra em 10 de janeiro de 2026, para que seja possível obtenção de dados confiáveis necessários à adequada orientação, controle e avaliação das ações de comunicação do Poder Legislativo Estadual.
- 2.3.** O Departamento de Comunicação reconhece a importância do monitoramento de mídia, uma vez que este serviço já é utilizado pela unidade contratante e se revela essencial para a execução dos serviços de assessoria de imprensa. No entanto, o Departamento enfrenta desafios significativos devido à amplitude geográfica do estado de São Paulo, o que torna o monitoramento abrangente e complexo. Deste modo, apenas a manutenção de um serviço especializado pode suprir todas as necessidades do departamento e dos deputados estaduais com cobertura do monitoramento que alcance todas as regiões do estado e municípios essenciais.
- 2.4.** As matérias jornalísticas localizadas pela empresa CONTRATADA deverão ser armazenadas e indexadas, para produção de resumos diários, elaboração de informes, relatórios, alertas e captação e produção de boletins com enfoque editorial, de acordo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

com critérios a serem estabelecidos.

- 2.5.** Por meio da execução de ações de comunicação, o Departamento de Comunicação relaciona-se de forma direta com o conjunto da sociedade, proporcionando ao cidadão o direito à informação. O monitoramento da divulgação dessas ações e projetos, por meio dos serviços ora pretendidos, contribui para o atingimento de todos esses objetivos e visa, em última análise, dar cumprimento ao princípio constitucional da publicidade, previsto no aclamado artigo 37 da Constituição Federal.
- 2.6.** O Departamento de Comunicação desempenha um papel fundamental na garantia da eficácia da comunicação pública do legislativo estadual. Nesse contexto, o monitoramento de notícias emerge como uma ferramenta essencial para assegurar a coerência das mensagens difundidas pelos canais institucionais da ALESP, promovendo, assim, uma comunicação pública consistente e uniforme.
- 2.7.** O cenário atual requer uma atenção redobrada à dinâmica da comunicação pública. A rápida expansão da internet e a proliferação de novas plataformas de comunicação geram demandas crescentes por um monitoramento de mídia eficiente e atualizado. A multiplicidade de canais e a velocidade da informação exigem um acompanhamento constante e preciso para que o Departamento de Comunicação possa identificar e analisar as narrativas que estão sendo construídas sobre a ALESP e atividade legislativa estadual, seja na imprensa tradicional ou em outros canais digitais.
- 2.8.** Neste contexto, torna-se evidente que, por meio da análise das notícias, é possível mapear os temas de maior interesse da sociedade, os canais de comunicação mais utilizados e os públicos-alvo prioritários. O acesso abrangente e em tempo real às notícias veiculadas pela mídia no Estado de São Paulo é imprescindível para assegurar a transparência na gestão pública. Por meio do monitoramento, torna-se viável acompanhar a repercussão das ações parlamentares, identificar potenciais crises e agir proativamente para esclarecer dúvidas e combater a desinformação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

2.9. Em suma, a gestão de informações por meio de ferramenta integrada é indispensável para o Departamento de Comunicação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Diante da amplitude geográfica do estado e da complexidade da comunicação contemporânea, o monitoramento de mídia permite à diretoria superar desafios, identificar potenciais crises, combater a desinformação, mapear demandas da população, direcionar a comunicação para o público-alvo prioritário e assegurar a correção das informações veiculadas na mídia, contribuindo para a construção de uma comunicação pública transparente, eficiente e legítima.

2.10. A atividade a ser terceirizada é delegável ao particular, já que as incumbências, que são partes integrantes do objeto a ser contratado, não fazem parte do núcleo essencial da atividade do legislativo estadual, inexistindo, ademais, estrutura organizacional própria para execução das ações descritas no objeto desta licitação.

2.11. As atividades a serem exercidas pela futura empresa contratada, ao final da presente licitação, não se submetem ao conceito de atividade-fim da Administração.

2.12. Tais serviços são necessários, contudo, não são disponibilizados pela estrutura deste Departamento de Comunicação.

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

3.1. A ALESP não tem Plano de Contratações Anual para o exercício de 2025.


4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa que vier a ser contratada deverá oferecer uma solução completa para gestão de informações por meio de ferramenta integrada, pelo modelo de SaaS (Software as a Service – Software como Serviço), para curadoria e organização de dados, indexações, sinopses, conteúdos inclusive a captação, gravação e produção de boletins e distribuição de conteúdos, com monitoramento e captura de notícias e

SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO | DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO |

    /ASSEMBLEIASP

 WWW.AL.SP.GOV.BR

 PABX (11) 3886-6000

 AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SÃO PAULO – SP – CEP 04097-900 – CNPJ 59.952.259/0001-85

Alesp
190
anos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

publicidade, dotada de integração, notificação e gestão de informações. Para tanto deverá empregar ferramentas e funcionalidades avançadas para facilitar a interpretação e análise dos dados.

- 4.2. Será de responsabilidade da empresa contratada a manutenção da plataforma de monitoramento, garantindo sua atualização constante.
- 4.3. A empresa contratada também deverá oferecer suporte técnico especializado para auxiliar a equipe do Departamento de Comunicação na utilização da plataforma e interpretação dos resultados.
- 4.4. A empresa contratada deverá fornecer treinamento sobre as funcionalidades da plataforma e as orientar para as melhores práticas de análise de dados.
- 4.5. É fundamental que a empresa contratada garanta a confiabilidade e precisão das informações fornecidas, bem como a disponibilidade de suporte técnico dedicado para resolver quaisquer problemas ou dúvidas que possam surgir durante o uso da plataforma.
- 4.6. A contratada deve garantir a continuidade e a consistência do monitoramento ao longo do tempo e comprometer-se a manter a qualidade e a eficiência do serviço durante toda a duração do contrato, fornecendo atualizações regulares, manutenção da plataforma e suporte técnico contínuo.
- 4.7. A contratada deve realizar o monitoramento, em tempo real, de todo o conteúdo de interesse da contratante publicado nos veículos de comunicação (rádio, televisão, impresso e web).
- 4.8. O acompanhamento realizado pela contratada deve abranger todas as menções sobre a Assembleia do Estado de São Paulo e representantes do Legislativo, previamente definidos pela contratante, as citações sobre as suas ações, programas, comissões, projetos e órgãos vinculados, até o limite máximo de **200 (duzentas)** palavras-chaves



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

definidas pela Contratante, por meio de um sistema abrangente e seguro, classificando e disponibilizando essas informações, de forma ágil e segura.

- 4.9. As matérias, tanto em formato de texto, quanto em formato de vídeo e de áudio, devem ser armazenadas em banco de dados online de forma a permitir a realização de pesquisas, consultas, leitura, download, impressão, envio e elaboração de relatórios por todos os usuários previamente autorizados pelo gestor do contrato.
- 4.10. A contratada deverá disponibilizar todo o conteúdo do banco de dados em sua forma original e em versão transcrita (nos casos de áudio e vídeo).
- 4.11. A empresa deverá realizar a produção e distribuição de compilações em formato eletrônico, em todas as formas digitais (Web, WhatsApp, publicações para Redes, entre outros). A empresa contratada deverá apresentar sistema de distribuição eletrônica das matérias produzidas.
- 4.12. As matérias deverão ficar arquivadas durante a execução do contrato e deverão permanecer disponíveis para acesso, de forma online, por meio de ferramenta própria da contratada, a qualquer momento pelo gestor do contrato e usuários por ele indicados.
- 4.13. A ferramenta oferecida pela contratada deve ceder aos usuários cadastrados acesso aos arquivos de texto, áudio e vídeo, produzir relatórios de forma automática a partir das informações captadas, produzidas, monitoradas e indexadas, gerando relatórios técnicos e estatísticos instantâneos, além de índices e cenários estratégicos de comunicação, em tempo real.
- 4.14. A empresa contratada terá que realizar a elaboração de relatórios solicitados pela Contratante, que estejam no âmbito dos serviços prestados por este contrato.
- 4.15. A contratada deverá realizar as transcrições de matérias de TV e rádio sempre que for



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

solicitado pelo gestor do contrato, e de discursos, coletivas e apresentações formais da autoridade e representantes do Poder Legislativo do Estado de São Paulo.

4.16. A empresa contratada será responsável pela criação e manutenção de um sistema de emissão de alerta de matérias veiculadas em rádios, TVs e internet em tempo real para serem respondidas durante a exibição ou transmissão do respectivo programa. Os alertas deverão ser enviados, no mínimo, por e-mail e/ou WhatsApp.

4.17. Circunstâncias Relevantes para a Contratação

4.17.1. O serviço de Monitoramento da forma como modelados neste Estudo Técnico Preliminar possui caráter continuado porque envolve a atividade constante de monitoramento e coleta de informações relevantes de diferentes fontes, tais como notícias, artigos, comentários, e outras formas de conteúdo midiático. Essa atividade não se limita a um único evento ou período específico, mas é realizada de forma regular e contínua ao longo do tempo para manter os clientes atualizados sobre temas de seu interesse. Dessa forma, o serviço de monitoramento requer uma operação constante e em curso para fornecer informações atualizadas e relevantes aos seus usuários.

4.17.2. Os serviços de Monitoramento da forma como modelados neste Estudo Técnico Preliminar são caracterizados como comuns, uma vez que suas características podem ser prontamente avaliadas por meio de parâmetros amplamente disponíveis no mercado. Há contratações similares realizadas por diversos órgãos públicos, todas processadas por intermédio de Pregão.

4.17.3. O regime de execução, considerando a eficiência na gestão contratual, embora bem definidas as características qualitativas e quantitativas do objeto, permitindo-se aos licitantes a elaboração de proposta fundada em dados objetivos e seguros, deverá



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ser a empreitada por preço total global, em que o preço é fixado por unidade determinada e os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os riscos dos contratantes em relação a diferenças de quantitativos são menores. A execução das “unidades” se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos. Assim, haverá a execução do contrato conforme a demanda.

- 4.17.4.** A contratação exige uma estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais e corpo técnico para a execução do objeto o que a torna incompatível com a natureza profissional da pessoa física. Assim, não será permitida a participação de pessoas físicas no certame.
- 4.17.5.** Para fins de qualificação econômico-financeira deverá ser exigido dos participantes a apresentação de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- 4.17.6.** Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação percentual que demonstrasse proporcional aos riscos que a inexecução total ou parcial do contrato poderá acarretar para o Departamento de Comunicação, considerando-se, o valor do contrato, a essencialidade do objeto e o tempo de duração do contrato.
- 4.17.7.** Foi realizada uma sondagem do mercado, a fim de obter dados sobre o porte das empresas que atuam na área objeto da contratação e o valor decorrente da fixação



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

do percentual indicado no item 4.17.6 é bastante razoável e não restringe a participação de interessados no certame, nem mesmo de microempresas ou empresas de pequeno porte, garantindo o atendimento ao princípio constitucional de incentivo a essas unidades empresariais.

4.17.8. Deverá ser exigido garantia da empresa contratada no importe que sempre foi exigido nos contratos anteriores, a saber: 5% do valor do contrato.

4.17.9. O Termo de referência deverá prever a realização de Prova de Conceito.

4.18. O prazo de validade das propostas na licitação deverá ser de 120 (cento e vinte) dias, considerando a necessidade de realização de prova de conceito que exige um prazo mais elástico para as propostas que o mínimo previsto na legislação de regência.

4.19. O Edital do certame deverá prever a possível imposição da sanção de multa, que será aplicada após regular processo administrativo e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

- a) Multa Moratória de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 0,5% (cinco décimos por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- b) O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
- c) Multa Compensatória, por apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando agir em conluio ou em desconformidade com a lei, induzir deliberadamente a erro no julgamento ou caso exigida na documentação que integra este Edital; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013, de 3% (três por cento) a 7% (sete por cento) do valor do Contrato.

- d) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato de 3% (três por cento) a 7% (sete por cento) do valor do Contrato.
- e) Para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5,0% (dois por cento) do valor do Contrato.
- f) Para aquele que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não mantiver a proposta, em especial quando não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; deixar de realizar a prova de conceito ou realizar a prova de conceito em desacordo com as especificações do Edital; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 3% (três por cento) do valor do Contrato.
- g) Para aquele que ensejar o retardamento do início da execução do objeto da



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

contratação sem motivo justificado, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

- 5.1. A estimativa dos serviços a serem contratados para o monitoramento de mídia pelo Departamento de Comunicação da Assembleia Legislativa foi realizada após uma análise criteriosa.
- 5.2. Os serviços contratados deverão operar por 24 horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados.
- 5.3. Foram levados em consideração diversos fatores, incluindo a demanda atual por informações de mídia, bem como as tendências e desafios enfrentados pela comunicação governamental.
- 5.4. É importante ressaltar que o serviço de monitoramento de mídia já é prestado para o Departamento de Comunicação e é considerado indispensável para o pleno funcionamento da assessoria de imprensa da Assembleia Legislativa Estado de São Paulo. No entanto, nos últimos anos, identificou-se um aumento significativo na demanda por esse serviço. Isso se deve, em grande parte, ao crescimento no número de veículos de comunicação e à expansão da internet, que ampliaram exponencialmente o volume de informações a serem monitoradas.
- 5.5. Como resultado do aumento na demanda, alguns serviços previamente estabelecidos tiveram que ser ajustados para garantir uma cobertura mais abrangente e eficaz. Além disso, a quantidade de palavras-chave monitoradas também se tornou insuficiente para atender às demandas do Departamento de Comunicação. O mesmo vale para os relatórios Ad Hoc, cada vez mais necessários para o mapeamento da comunicação da ALESP.

SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO | DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO |

/ASSEMBLEIASP

WWW.AL.SP.GOV.BR

PABX (11) 3886-6000

AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SÃO PAULO - SP - CEP 04097-900 - CNPJ 59.952.259/0001-85

Alesp
190
anos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- 5.6. Portanto, a estimativa dos serviços a serem contratadas foi cuidadosamente elaborada para garantir que o monitoramento de mídia atenda plenamente às necessidades do Departamento de Comunicação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, fornecendo informações precisas, atualizadas e relevantes para embasar suas atividades de comunicação e tomada de decisões estratégicas.
- 5.7. Considerando a complexidade e a abrangência do monitoramento de mídia necessário para atender às demandas do Departamento, o contrato sempre teve duração de 12 meses. Esse período atende adequadamente às necessidades do Departamento e visa garantir uma cobertura contínua e consistente ao longo do tempo, permitindo o acompanhamento de forma eficiente as tendências e acontecimentos midiáticos relevantes para a gestão pública estadual.
- 5.8. A tabela do subitem 5.9 apresenta os valores estimados para um mês de monitoramento de mídia pelo Departamento de Comunicação. No entanto, é importante ressaltar que o contrato estabelecido para esse serviço é de 12 meses de duração. Esse procedimento garantirá uma projeção estimada dos volumes totais de serviços executados ao longo da vigência do contrato, fornecendo uma base sólida para o planejamento e a execução das atividades de comunicação do DECOM durante o período.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

5.9. Tabela de valores mensais/anual:

Lote Único	Descrição	Valor Mensal	Valor 12 Meses
1	Prestação de serviços especializados na gestão de informações por meio de ferramenta integrada para curadoria e organização de dados, indexações, sinopses, conteúdos, inclusive a captação, gravação e produção de boletins e distribuição de conteúdos, com monitoramento e captura de notícias e publicidade, dotada de integração, notificação e gestão de informações para o auxílio no processo de tomada de decisão do Departamento de Comunicação (DECOM) da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP).		

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. A ALESP atualmente mantém o contrato de mesmo objeto no processo digital 583/2019 com a empresa BOXNET SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES LTDA, com vigência improrrogável até 10/01/2026. Dessa forma, é necessária a instauração do procedimento licitatório em tela.

6.2. O presente levantamento de mercado, consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, neste sentido, foi possível identificar soluções com requisitos que atenderiam a ALESP na medida de sua necessidade, considerando os aspectos da economicidade, eficácia e eficiência administrativa e uso racional dos recursos.

Alternativa 1: Desenvolvimento Interno pela Equipe Técnica da ALESP

SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO | DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO |

/ASSEMBLEIASP

WWW.AL.SP.GOV.BR

PABX (11) 3886-6000

AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SÃO PAULO - SP - CEP 04097-900 - CNPJ 59.952.259/0001-85

Alesp
190
anos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Descrição: Desenvolvimento, pela própria estrutura de tecnologia da ALESP, de sistema e metodologia própria para curadoria de conteúdo, gestão de informações e monitoramento de mídias.

Vantagens:

- Controle direto do desenvolvimento e da base de dados;
- Redução de pagamentos mensais a terceiros no longo prazo.

Desvantagens:

- Elevado custo inicial e necessidade de alocação de equipe multidisciplinar altamente capacitada;
- Longo prazo para implantação da solução, com riscos de obsolescência e interrupção institucional;
- Ausência de expertise interna consolidada em big data, inteligência artificial e curadoria automatizada;
- Riscos operacionais relevantes.

Conclusão: Alternativa descartada por falta de viabilidade técnica, operacional e orçamentária no curto e médio prazo.

Alternativa 2: Aquisição Isolada de Software como Serviço (SaaS)

Descrição: Licenciamento de plataforma de mercado com funcionalidades de curadoria e monitoramento de conteúdo, sem prestação de serviços contínuos especializados.

Vantagens:

- Implantação mais rápida;
- Custo inicial reduzido;
- Solução com atualizações periódicas do fornecedor.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Desvantagens:

- Falta de customização para as especificidades da ALESP;
- Requer equipe interna dedicada à operação da ferramenta e análise das informações;
- Risco de subutilização do potencial tecnológico;
- Ausência de serviços de curadoria, análise e elaboração de relatórios personalizados.

Conclusão: Alternativa tecnicamente possível, mas insuficiente para atender às necessidades complexas e estratégicas da ALESP. Pode ser considerada como complemento, mas não como solução principal.

Alternativa 3: Contratação de Empresa Especializada com Solução Integrada (Tecnologia + Serviço Continuado)

Descrição: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de gestão da informação com uso de plataforma tecnológica integrada, no modelo Software como Serviço (SaaS), equipe técnica qualificada e entrega de produtos informacionais estruturados.

Vantagens:

- Atendimento completo e especializado das necessidades da ALESP;
- Curadoria profissional de dados com alta qualidade técnica e integração com as rotinas institucionais;
- Produção de relatórios e sinopses com padronização e indicadores de desempenho;
- Responsabilidade contratual definida e possibilidade de acompanhamento via SLA;
- Redução de riscos operacionais e alta escalabilidade.

Desvantagens:

- Custo continuado e necessidade de fiscalização ativa;
- Risco de dependência do fornecedor mitigável por cláusulas de portabilidade e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

transferência de conhecimento.

Conclusão: **Alternativa tecnicamente mais vantajosa**, por aliar expertise técnica, inovação, eficiência e aderência às necessidades estratégicas da ALESP. **Solução recomendada para prosseguimento do processo de contratação.**

Alternativa 4: Parceria com Outro Órgão Público (Consórcio ou Cooperação)

Descrição: Estabelecimento de termo de cooperação ou convênio com outro órgão público que já detenha ferramenta similar à adotada na solução 3.

Vantagens:

- Redução de custos mediante economia de escala;
- Troca de boas práticas e experiências institucionais.

Desvantagens:

- Complexidade legal e administrativa;
- Baixa autonomia da ALESP quanto à gestão dos serviços;
- Ausência de customização e dependência da agenda do órgão parceiro;
- Incerteza quanto à continuidade e ao nível de serviço.

Conclusão: Alternativa com baixa viabilidade técnica e institucional, não recomendada como solução principal.

Conclusão: Diante dos cenários levantados observa-se que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços da **Alternativa 3 é mais vantajosa**, visto que esta é uma solução amplamente utilizada na administração pública, que as empresas já possuem expertise na prestação do serviço, possuem processos e ferramentas consolidadas para o bom atendimento e o custo da solução se apresenta consideravelmente menor. Além disso, observou-se que, em contratações similares





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

feitas por órgãos e entidades públicos, a solução comumente utilizada é a de prestação de serviços mensais baseada em entregáveis previamente definidos. A contratação de prestação de serviços de empresa especializada em serviços de curadoria e organização de dados por demanda sem execução interna por meio de postos de trabalho é justificável, pois o serviço é automatizado e totalmente realizado de forma remota.

- 6.3.** Verificou-se, ainda, que a modalidade de licitação mais adequada é o pregão eletrônico, que tem como tipo o menor preço, por se tratar de objeto comum onde as especificações e padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos. Portanto, com base em levantamento de mercado, o tipo de solução escolhida é a que mais se aproxima dos requisitos definidos e que mais promove a competição, levando em conta economicidade, eficácia, eficiência, padronização e práticas do mercado.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

- 7.1.** Nesta fase, o Departamento realizou uma estimativa detalhada das quantidades de produtos e serviços necessários para abranger as demandas específicas de monitoramento de mídia do Estado de São Paulo. Essas estimativas foram cuidadosamente elaboradas com base em uma análise abrangente das necessidades de monitoramento de mídia do Departamento, considerando diversos parâmetros como volume de informações, abrangência de mídias a serem monitoradas e a complexidade das análises requeridas.

- 7.2.** Tendo em vista o modelo de execução do contrato atual (processo digital 583/2019), o valor estimado da contratação para 12 meses é de R\$ 2.350.000,00 (dois milhões e trezentos e cinquenta mil reais). Ressaltamos que embora as especificações sejam similares, a nova contratação também apresenta inovações suficientes que poderão



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

impactar nos valores estimados.

7.3. Destacamos que o contrato tem por escopo abranger as necessidades de toda a estrutura da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, ou seja, a administração direta e gabinetes. Cumpre ressaltar que os demais departamentos não possuem contratos relacionados com os serviços mencionados, o que corrobora a necessidade de sua execução pelo Departamento de Comunicação. Esta singularidade contextual, aliada à amplitude de cobertura requerida, justifica cabalmente a amplitude e quantitativos da presente contratação.

7.4. A busca no sistema de pesquisa de preços existente do Governo Federal, não retornou resultados, haja vista não haver registro de contratações com o descritivo similar, considerando todas as especificações da contratação pretendida. Há registros de contratações dos serviços de monitoramento com a utilização de aplicativos de buscas automatizados como aqueles que foram considerados insuficientes.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A comunicação contemporânea enfrenta desafios complexos e dinâmicos, especialmente no âmbito governamental. No contexto do Departamento de Comunicação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a disseminação eficiente de informações é crucial para garantir a transparência e a legitimidade das ações da ALESP. Todavia, o advento da era digital e a proliferação de plataformas de mídia diversificadas têm ampliado exponencialmente o alcance e a velocidade da informação, demandando uma abordagem estratégica e proativa por parte do Departamento.

8.2. O Estado de São Paulo, como uma das Unidades Federativas mais populosas e economicamente influentes do Brasil, enfrenta um ambiente midiático vasto e





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

diversificado, que abrange uma ampla gama de mídias, incluindo rádio, televisão, portais online e veículos impressos. A disseminação de mensagens coerentes e consistentes através desses canais é essencial para promover a compreensão pública das políticas, programas e projetos de leis e iniciativas do legislativo estadual.

8.3. Diante da complexidade e da amplitude do cenário midiático, é evidente a necessidade de contar com um serviço especializado em monitoramento de mídia. A contratação de uma empresa especializada neste âmbito visa suprir a demanda por informações estratégicas e atualizadas que possibilitem uma comunicação legislativa eficaz.

8.4. É imperativo destacar que a qualidade do serviço de monitoramento de mídia é um critério indispensável para a contratação, sendo assim, os requisitos técnicos abaixo descritos estão voltados à garantir a qualidade pretendida. A precisão, a abrangência, a atualização e a capacidade analítica do serviço são aspectos primordiais a serem considerados pelas empresa interessadas em participar do certame. A empresa contratada deverá ser capaz de fornecer relatórios detalhados que subsidiem a tomada de decisão do Departamento de Comunicação. Além disso, a capacidade de monitorar e analisar não apenas os canais tradicionais, mas também as plataformas digitais, é essencial para uma compreensão abrangente do cenário midiático contemporâneo.

8.5. Especificações Técnicas dos Serviços

8.5.1. Monitoramento de informações

8.5.1.1. Monitoramento, em tempo real, de todo o conteúdo de interesse da contratante publicado nos veículos de comunicação (rádio, televisão, impresso e web) que serão fornecidos pela futura contratada. O acompanhamento deve abranger todas as menções sobre a Assembleia



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Legislativa do Estado de São Paulo, gabinetes parlamentares e as citações sobre as ações, programas e projetos, até o limite máximo de **200 (duzentas)** palavras-chaves definidas previamente pela CONTRATANTE. Tais informações deverão ser disponibilizadas de modo abrangente, seguro e ágil. A quantidade mensal de palavras-chave poderá variar de acordo com as definições da CONTRATANTE, contanto que não ultrapasse o limite máximo de duzentas (duzentas) palavras por mês. A CONTRATANTE poderá alterar as palavras-chave e sua quantidade, conforme necessário, ao longo da vigência do contrato.

8.5.1.2. O acompanhamento consiste no processo de vigilância, rastreamento, localização, coleta e envio de matérias publicadas pelos veículos de comunicação (rádio, televisão, impresso e web) de circulação e abrangência nacional e de todo o Estado de São Paulo, previamente acordados entre CONTRATANTE e CONTRATADA. Caso haja demanda da CONTRATANTE, esse monitoramento poderá incluir, também, veículos internacionais ou de outros estados.

8.5.1.3. O processo de rastreamento e coleta das matérias deverá considerar a publicação ou veiculação de notícias 24 horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados.

8.5.1.4. O monitoramento 24 horas por dia deverá incluir ferramenta de verificação de similaridade e detecção de trechos dos textos, bem como gravação e produção de boletins e distribuição de conteúdos sobre a órbita legislativa e divulgados diariamente pela Rede Alesp. A ferramenta deverá aceitar grande número de caracteres para arquivos extensos.

8.5.2. Unificação das informações oriundas das matérias jornalísticas localizadas.

SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO | DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO |



/ASSEMBLEIASP



WWW.AL.SP.GOV.BR



PABX (11) 3886-6000



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SÃO PAULO - SP - CEP 04097-900 - CNPJ 59.952.259/0001-85

Alesp
190
anos



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- 8.5.2.1.** Todas as matérias jornalísticas localizadas deverão ser armazenadas em sistema de banco de dados online fornecido pela empresa CONTRATADA.
- 8.5.2.2.** Referido acesso ao sistema deverá ficar disponível aos usuários dos órgãos relacionados e serão elegidos pelo Departamento de Comunicação, a serem formalmente indicados pelo Gestor do Contrato até o limite de 300 (trezentos) usuários. As matérias, tanto em formato de texto, quanto em formato de vídeo e de áudio, devem ser armazenadas em banco de dados de forma a permitir a realização de pesquisas, consultas, leitura, impressão, download, envio e elaboração de relatórios, conforme descrito no “item 8.5.7”, por todos os usuários previamente autorizados pelo gestor do contrato.
- 8.5.2.3.** Aludido sistema de banco de dados deve permitir que as consultas sejam feitas via internet a qualquer tempo, mediante a utilização de login e senha a serem criados e disponibilizados para cada um dos usuários (até o limite de 300), usuários estes que serão indicados pelo gestor do contrato.
- 8.5.2.4.** Todo o conteúdo do banco de dados deverá ser disponibilizado em forma de texto, áudio e vídeo. Todas as matérias escaneadas devem ser também disponibilizadas em formato de texto que permita posterior localização em sistema de busca.
- 8.5.2.5.** As matérias publicadas em jornais e revistas devem ser digitalizadas e armazenadas de acordo com a forma original da publicação. Esses arquivos deverão estar disponíveis em PDF no formato A4.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

8.5.2.6. As matérias coletadas em sites e blogs devem trazer seu conteúdo original em formato de texto.

8.5.2.7. Arquivos de vídeo e áudio deverão ser disponibilizados em formato que permita o acesso pelo maior número possível de plataformas, de forma nativa, de computadores, notebooks, tablets e smartphones. A compatibilidade com os sistemas Windows, Mac OS, Android e iOS é obrigatória.

8.5.2.8. Referido sistema de banco de dados deve possibilitar que todas as matérias sejam lidas, assistidas ou ouvidas de forma online e ainda apresentar a opção de download ou envio por meio eletrônico.

8.5.2.9. O sistema de banco de dados deverá oferecer ainda a possibilidade de realização de classificações e indexações, conforme as modalidades descritas nos itens “8.5.3 e 8.5.4”.

8.5.2.10. Todas as matérias tanto em formato de áudio, quanto em vídeo ou texto deverão ser catalogadas e apresentadas com cabeçalho contendo as seguintes informações:

- Nome do veículo;
- Data da publicação ou veiculação;
- Data e horário de inserção na ferramenta da empresa CONTRATADA;
- Tipo de mídia (jornal, revista, internet, rádio, TV etc.);
- Título da matéria;

SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO | DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO |

/ASSEMBLEIASP

WWW.AL.SP.GOV.BR

PABX (11) 3886-6000

AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SÃO PAULO – SP – CEP 04097-900 – CNPJ 59.952.259/0001-85

Alesp
190
anos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- Município sede do veículo;
- Página ou seção em que foi publicada;
- Editoria;
- Texto em formato HTML;
- Link para página (PDF);
- Tempo de duração da matéria (TV e rádio);
- Sinopse classificatórias, em texto, para matérias (conforme “item 8.5.3”);
- Identificação do Deputado Estadual na temática da matéria

8.5.2.11. Todo o conteúdo armazenado deve conter sistema de indexação que permita a realização de pesquisas e buscas por meio das mais diversas variáveis, entre as quais:

- Nome dos porta-vozes;
- Assunto
- Gabinetes Parlamentares
- Classificação (conforme “item 8.5.3”);
- Veículo;
- Região Administrativa;
- Data e/ou período;
- Palavras-chave.
- Avaliação

SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO | DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO |



/ASSEMBLEIASP



WWW.AL.SP.GOV.BR



PABX (11) 3886-6000



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SÃO PAULO – SP – CEP 04097-900 – CNPJ 59.952.259/0001-85

Alesp
190
anos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

8.5.2.12. As matérias jornalísticas mais relevantes do dia devem aparecer em local de destaque no sistema de consulta, facilitando a sua identificação.

8.5.2.13. As matérias coletadas nos veículos de comunicação a partir da ferramenta de verificação de similaridade e detecção de trechos dos produzidos dos boletins deverão ter um indicativo mostrando que a fonte do conteúdo foi gerada pela serviço do Departamento da Comunicação

8.5.3. Sinopses Classificatórias

8.5.3.1. Sinopses classificatórias, a partir de links recuperados dos principais conteúdos publicados nos veículos de comunicação (mídia impressa, televisão, rádio e web) elencados a seguir, constantes do Anexo - Relação I, com as menções, temas e palavras-chaves constante do Anexo - Relação II, que deverá ser enviado por meio digital (WhatsApp, ou outro aplicativo similar conveniente à CONTRATADA).

8.5.3.2. Mídia Impressa: Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, Agora SP, Metro, Valor Econômico, A Tribuna de Santos, O Globo, Correio Braziliense, Carta Capital, Exame, Forbes Brasil, Piauí, Veja, Veja São Paulo.

8.5.3.3. Rádio: Bandeirantes AM, Bandnews FM, Capital AM, CBN, Cultura AM, Estadão/700AM, Globo AM, Jovem Pan AM, Trânsito FM, Trianon AM, Eldorado FM e Super Rádio AM.

8.5.3.4. TV: Bandeirantes, Bandnews, CNT, Cultura, Futura, Gazeta, Globo, GloboNews, Record, RecordNews, Rede TV, Rede Vida, SBT, TV Câmara, Jovem Pan News e CNN Brasil.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

8.5.3.5. Web: Estadão, Folha de S.Paulo, O Globo, CNN Brasil, Crusoé, Época, Exame, G1, IG, IstoÉ, Metrôpoles, O Antagonista, Poder360, R7, UOL, Valor Econômico e Veja;

8.5.3.6. Os veículos descritos no “item 8.5.3”, poderão ocorrer o acréscimo ou supressão dos títulos para recuperação dos links, a critério da CONTRATANTE.

8.5.3.7. A sinopse classificatória que trata o “item 8.5.3”, deverá apresentar, no mínimo, os seguintes tópicos:

- a) retranca com duas palavras
- b) nome da emissora
- c) nome do programa
- d) identificar a reportagem, repórter, edição ou texto
- e) detalhes da notícia
- f) citação a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e Deputados Estaduais(se houver)
- g) nome e cargo de quem fez a citação
- h) descrever a resposta da ALESP/ órgão municipal (se houver)
- i) comentários (se houver)
- j) nome de quem fez o comentário (se houver)
- k) link da notícia





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Exemplos: Matérias Rádio, TV, On-line e Impresso abaixo:

RÁDIO

(a) ALESP REGULAMENTAÇÃO MOTOTÁXI: Na (b) **rádio Bandeirantes**, (c) **manhã Bandeirantes**, (g) Vitor Lupato (e) disse que a Assembleia Legislativa aprova projeto que permite a regulamentação do mototáxi hoje e comentou: **“Na verdade, o transporte de motocicletas ou por motocicletas por aplicativo e não só aqui na cidade de São Paulo, mas seria uma forma para a regulamentação em todos os municípios”** o âncora (g) Marco Antonio pergunta se o projeto impõem algum tipo de regra ou deixa a cargo da Prefeitura **“Ele coloca regras pra isso, ou ele já regulamenta ou ele ou passa isso para a Prefeitura?”** Vitor Lupato (g) esclarece: **“Ele (o projeto) passa isso para a Prefeitura mas colocando algumas regras, com algumas necessidades que a prefeitura precisaria num projeto”**. (k) (link do monitoramento com o áudio)

TELEVISÃO

(a) SOBRE EDUARDO CAMPOS: (b) Na **TV BANDEIRANTES**, (c) **Canal Livre**, (g) Rodolfo Schneider, em entrevista com o Governador do Espírito Santo Renato Casagrande sobre a (e) a capacidade administrativa do ex candidato à presidência, Eduardo Campos, pergunta ao convidado : **“(f) Governador, deixa só pegar um ponto do primeiro bloco. O senhor citou Eduardo Campos, né, ao falar sobre segurança e sobre o exemplo do governo de Pernambuco. Ah, senhor, inclusive do mesmo partido que ele, né aquela tragédia, queda do avião no meio de campanha, ele como candidato à presidência. O senhor acha que se aquela tragédia não tivesse acontecido, o Eduardo Campos teria sido ou pederia ser realmente um nome ou o presidente da República? O senhor confiaria nele nessa liderança realmente para alcançar a presidência da República pela trajetória que ele vinha tendo, o senhor vinha acompanhando inclusive?”** o (f) Governado da a seguinte resposta,

SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO | DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO |



/ASSEMBLEIASP



WWW.AL.SP.GOV.BR



PABX (11) 3886-6000



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SÃO PAULO - SP - CEP 04097-900 - CNPJ 59.952.259/0001-85

Alesp
190
anos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

“Olha, Rodolfo, sem dúvida o Eduardo era uma pessoa super capacitada e preparada para assumir a presidência e a liderança do Brasil, se ele ia ter sucesso naquela eleição ou não, é muito difícil a gente especular ou gente fazer adivinhações, mas se não fosse naquela eleição, ele se tornaria uma liderança importante, né, que estaria até agora, presente no Brasil ajudando a debater os temas do Brasil, como a gente tá fazendo aqui e agora. Então ele com certeza seria sempre uma boa, uma boa alternativa, uma boa opção, para liderar o Brasil”, o entrevistado, dessa forma, reforça que o Ex candidato Eduardo Campos seria uma liderança importante na política brasileira nos dias de hoje. (k)(link do monitoramento)

On-line/Web

Web (a) DEPUTADA X DAMARES *Alesp empossa nova deputada após cassação por infidelidade partidária * - Segundo o portal (b) *Metrópoles*, (e) a (f) Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) empossou, nesta segunda-feira (14/7), a deputada estadual Damaris Moura (PSDB), que assume a cadeira no lugar de (f) Ortiz Junior (Cidadania), cassado no dia 1º de julho após ser condenado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SP) por infidelidade partidária. A cerimônia de posse de Damaris ocorreu com a presença do presidente da Alesp, (f) André do Prado (PL), e do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB). A advogada foi deputada estadual entre 2019 e 2022 e também ocupou o cargo de subprefeita de São Miguel Paulista, na zona leste da capital. Ela "ganhou" a cadeira após um imbróglio envolvendo o PSDB e o deputado (f) Ortiz Junior. O parlamentar disputou as eleições de 2022 pelo partido e ficou na lista de suplentes. Em 2024, ele trocou os tucanos pelo Republicanos para disputar a eleição para prefeito de Taubaté, em que acabou derrotado. Em nota, a defesa do parlamentar diz (h) que o resultado da cassação na votação ocorrida no TRE-SP se deu por voto de desempate, (h) "tendo três juízes reconhecido que não houve infidelidade partidária com a mudança de partido ainda quando ele era suplente". Ainda cabe

SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO | DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO |

/ASSEMBLEIASP

WWW.AL.SP.GOV.BR

PABX (11) 3886-6000

AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SÃO PAULO - SP - CEP 04097-900 - CNPJ 59.952.259/0001-85

Alesp
190
anos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

recurso no Tribunal Superior Eleitoral. Na última quinta-feira (10/7), o TRE-SP também aprovou, em votação unânime, a retotalização de votos das eleições de 2022 para o cargo de deputado estadual, após a cassação de registros de candidaturas do Pros e do PTB por fraude à cota de gênero. Com isso, com a alteração do quociente eleitoral, a deputada estadual (f) Camila Godoi (PSB) foi declarada eleita, enquanto Simão Pedro Chiovetti (PT) passou à condição de 1º suplente da Alesp. ((d) Vinicius Passarelli, com foto, às 15h16). (k) (link do monitoramento)

IMPRESSO

(a) Impresso - HOMENAGEM OSWALDO DIAS – (b) Diário do Grande ABC, (e) Mauá oficializa nome do Parque Municipal de Prefeito Oswaldo Dias (1942-2024) que foi prefeito da cidade por três mandatos. A homenagem reforça o legado de preservação deixado pelo ex-chefe do Executivo, que enfrentou pressões e interesses para proteger a área. O ex-prefeito foi homenageado na data em que completaria 83 anos, com a oficialização do nome de um importante espaço ambiental da cidade: o Parque Natural Municipal Prefeito Oswaldo Dias. A área, com mais de 500 mil metros quadrados de Mata Atlântica, foi preservada graças à decisão de Oswaldo Dias, no primeiro ano de seus três mandatos - 1997 -, que, contra interesses privados, interrompeu o processo de urbanização e buscou respaldo técnico do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) da USP (Universidade de São Paulo), que atestou o valor ambiental do local. (d) Da Redação (k)(link do monitoramento)

8.5.3.8. O envio das sinopses classificatórias em forma digital, que trata o “item 8.5.3.1”, deverá atender quantos grupos de WhatsApp (ou outro aplicativo similar acordado entre as partes), ou indivíduos que sejam necessários, conforme indicação do gestor do Contrato, e deverá ocorrer no prazo de 25 minutos.

SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO | DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO |

/ASSEMBLEIASP

WWW.AL.SP.GOV.BR

PABX (11) 3886-6000

AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SÃO PAULO – SP – CEP 04097-900 – CNPJ 59.952.259/0001-85

Alesp
190
anos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

8.5.4. Classificação e Indexação

- 8.5.4.1.** Indexação das matérias jornalísticas coletadas dentro dos critérios pré-estabelecidos pelo gestor do contrato para que possam subsidiar tendências e análises de competência da equipe do Departamento de Comunicação, com base em critérios técnicos e estatísticos definidos, a partir do agrupamento de matérias por similaridade de conteúdo, afim de subsidiar com informações que facilitem o entendimento e extensão midiática da matéria, indicando o alcance potencial do tema em questão.
- 8.5.4.2.** A empresa CONTRATADA será responsável pela classificação de todas as matérias coletadas.
- 8.5.4.3.** A classificação das matérias deverá ser realizada com base nos critérios, consoante informado no “item 8.5.3” supra, a partir de parâmetros que serão estabelecidos em conjunto com o gestor do contrato.
- 8.5.4.4.** Indexação e classificação dos conteúdos deverá ser realizada por temas/mensagens-chave:
- 8.5.4.5.** Apresentar uma Metodologia de Indexação de Matérias, que permita através de uma análise quantitativa e qualitativa (sentimentalização), identificar os principais focos abordados pela mídia. Através da somatória destas ocorrências a ferramenta deverá mostrar, dinamicamente, quais assuntos estão sendo mais abordados na mídia, colocando-os em destaque para que a equipe de comunicação possa estar atenta aos fatos e tomar as providências necessárias. Esta metodologia consiste na indexação por temas de cada matéria captada e a estratificação automática das incidências mais comuns, com a possibilidade de conter no mínimo 5 níveis de indexação



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

diferenciada para cada um deles, dentro do mesmo painel de informações.

8.5.5. Tratamento das Matérias Jornalísticas

8.5.5.1. Impressa (veículos do Anexo - Relação II) – acompanhamento seleção, edição, digitalização e disponibilização eletrônica do conteúdo das matérias de jornalismo impresso. O monitoramento dos jornais e revistas deve, obrigatoriamente, ser realizada a partir de suas versões impressas. A empresa CONTRATADA deverá estar apta a apresentar o PDF da página inteira do veículo em que houve publicação. Matérias Impressas (Anexo - Relação I) devem estar disponíveis até às 06h00, em formato eletrônico, do conteúdo das matérias de jornalismo impresso

8.5.5.2. Rádio (veículos do Anexo - Relação II) – seleção, edição e digitalização de matérias de rádio (áudio), com classificação e formatos pré-definidos no “item 8.5.2.11”, disponibilizados em até 25 minutos, após a veiculação, em formato compatível com a tecnologia adotada

8.5.5.3. TV (veículos do Anexo - Relação II) – seleção, edição e digitalização de matérias/imagens de telejornalismo, com classificação e formatos pré-definidos no “item 8.5.2.11” disponibilizados em até 20 minutos, após a veiculação, em formato compatível com a tecnologia adotada, veiculadas pelas emissoras de TV.

8.5.5.4. On-Line/Web – (Anexo - Relação II) – o monitoramento dos veículos digitais deve ser feito em tempo real, com classificação e formatos pré-definidos no “item 8.5.2.11”, devendo ser disponibilizados com intervalo de até uma hora entre a publicação da matéria no veículo e a sua disponibilização, em formato compatível com a tecnologia adotada.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

8.5.6. Produção e Distribuição de Compilações

8.5.6.1. Produção e Distribuição de compilações em formato eletrônico, em todas as formas digitais (Web, WhatsApp, publicações para Redes, entre outros) das matérias coletadas e armazenadas, obedecendo ao seguinte cronograma e definições de conteúdo: As matérias coletadas que trata o “item 8.5.6”, poderá ocorrer o acréscimo ou supressão dos títulos dos principais veículos, a critério da CONTRATANTE, observando a relação de veículos contida no Anexo - Relação II.

8.5.6.1.1. A empresa CONTRATADA deverá apresentar sistema de distribuição eletrônica das matérias coletadas e armazenadas aos usuários a serem definidos e indicados pelo gestor do contrato.

8.5.6.1.2. Deverá ser observado o seguinte cronograma:

Até 6h (e-mail):

- Compilação de matérias coletadas nos principais jornais do País, incluindo capas, a serem indicados pelo gestor quando da assinatura do contrato, dentre aqueles que constam no Anexo - Relação II.

Até 6h (e-mail):

- Compilação de matérias coletadas nos principais portais de web, a serem indicados pelo gestor quando da assinatura do contrato, dentre aqueles que constam no Anexo - Relação II.

Até 7h00 (e-mail):

- Compilação de matérias coletadas nos demais jornais, incluindo capas, constantes no Anexo - Relação II.
- Compilação das seções de cartas ao leitor e/ou opinião dos principais jornais da capital, do interior e do litoral do Estado.

SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO | DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO |

/ASSEMBLEIASP

WWW.AL.SP.GOV.BR

PABX (11) 3886-6000

AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SÃO PAULO - SP - CEP 04097-900 - CNPJ 59.952.259/0001-85

Alesp
190
anos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Até 7h00 (e-mail):

- Compilado de matérias do Valor Econômico (com visualização do conteúdo na íntegra)

Até 7h00 (whatsapp ou similar):

- PDF Jornais Capital: Capas, Editoriais, Menções Alesp e Deputados, notícias de Estado e Brasil dos jornais O Estado de S.Paulo, Folha de S.Paulo, O Globo, O Dia, Correio Braziliense, Diário de São Paulo e Valor Econômico.

Até 8h30 (e-mail):

- Compilação de matérias coletadas nas mídias Rádio e TV do interior do Estado, a serem indicados pelo gestor quando da assinatura do contrato, dentre aqueles que constam no Anexo - Relação II.

Nos períodos das 6h às 22h (e-mail):

- Compilações a cada 1(uma) hora de matérias coletadas na web (sites e blogs), divididas em interior e capital do Estado.

Até 08h00 (whatsapp ou similar):

- PDF Jornais Interior: Capas, Editoriais, Menções Alesp e Deputados, notícias de Estado e Brasil. Os jornais do interior monitorados para este envio são Mogi News, Diário do Alto Tietê, A Tribuna/ Santos, Diário do Litoral, Correio Popular/Campinas, O Liberal/Americana, Cruzeiro do Sul/Sorocaba, Jornal da Cidade/Bauru, O Imparcial/Presidente Prudente, Diário da Região/ Osasco, Página Zero/Osasco, Giro S/A e Correio Paulista/Osasco, Diário de Suzano, Diário da Região/SJRP, DHoje Interior/ SJRP, A Cidade/Votuporanga, Diário de Votuporanga, Jornal de Barretos, Gazeta SP, Diário do Grande ABC e Jornal Tribuna/Ribeirão Preto.

Até 08h00 (whatsapp ou similar):

- PDF Portais (Menções Alesp e Deputados em contexto de grande relevância para a Casa)

SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO | DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO |

/ASSEMBLEIASP

WWW.AL.SP.GOV.BR

PABX (11) 3886-6000

AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SÃO PAULO - SP - CEP 04097-900 - CNPJ 59.952.259/0001-85

Alesp
190
anos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

De hora em hora das 10h00 até as 23h00 (e-mail):

- Compilado por deputado/gabinete de matérias coletadas mencionando o parlamentar de impresso, rádio, TV e web (envio segmentado, cada deputado recebe apenas o envio com as menções a ele). Matérias publicadas após as 23h00 deverão ser encaminhadas até as 10h00 do dia seguinte.

Sextas (whatsapp ou similar):

- Revistas Semanais: compilado das principais notícias das revistas Veja, VejaSP e Carta Capital.

8.5.6.1.3. A ferramenta apresentada pela empresa CONTRATADA deverá prever a realização de compilações específicas das matérias coletadas, conforme segue:


8.5.6.1.3.1. Compilação de matérias que mencionem ou tratem de eventos públicos com a presença dos representantes do Legislativo do Estado de São Paulo, conforme item “8.5.1”, até o dia útil seguinte à realização do respectivo evento (agenda). Essa compilação, além das matérias deverá apresentar detalhes, como:

- (i) Número total de matérias
- (ii) Número de matérias por tipo de veículo
- (iii) Tempo de exposição em rádios e TVs
- (iv) Alcance potencial das matérias
- (v) Gráfico ou similar com classificação das matérias, conforme item “8.5.3”

SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO | DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO |

    /ASSEMBLEIASP

 WWW.AL.SP.GOV.BR

 PABX (11) 3886-6000

 AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SÃO PAULO – SP – CEP 04097-900 – CNPJ 59.952.259/0001-85

Alesp
190
anos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- (vi) Compilação, enviada ao longo do dia, de toda apuração dos conteúdos dos telejornais veiculados por emissoras de televisão da capital. Essas compilações deverão ser distribuídas pela ferramenta da empresa CONTRATADA em até 25 (vinte e cinco) minutos após veiculação do respectivo programa jornalístico.
- (vii) Os horários de entrega dos compilados poderão ser revistos quando houver mudanças de grande impacto, sendo necessário para tanto a autorização expressa do gestor/fiscal do contrato.

8.5.6.1.3.2. Todas as compilações deverão conter, no mínimo, título da matéria com link para o texto ou arquivo digitalizado, arquivo de áudio ou vídeo (de acordo com as especificações do item “8.5.2.10.”, data, veículo, página ou programa, quadro ou seção.

8.5.6.1.3.3. Nos sábados, domingos e feriados as compilações deverão ser remetidas seguindo todos os critérios acima definidos, levando em consideração o cronograma de publicações ou veiculações adotado por cada veículo definido pela CONTRATANTE.

8.5.6.1.3.4. Todas as matérias de rádio e TV que mencionarem diretamente os representantes da Administração Pública do Estado de São Paulo, conforme item “8.5.2.11”, deverão ser sinalizadas e acompanhadas de resumo contendo os principais pontos abordados, a fim de facilitar e acelerar a tomada de decisões.

8.5.7. Armazenamento das matérias jornalísticas

8.5.7.1. As matérias deverão ficar arquivadas durante a execução do contrato e deverão permanecer disponíveis para acesso, de forma online, por meio de ferramenta própria da CONTRATADA, a qualquer momento pelo gestor do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

contrato e usuários por ele indicados.

8.5.7.2. A ferramenta deve permitir o cadastramento de até **300 (trezentos)** usuários.

8.5.7.3. A ferramenta deve oferecer aos usuários cadastrados acesso aos arquivos de texto, áudio e vídeo, produzir relatórios de forma automática a partir das informações monitoradas e indexadas, gerando relatórios técnicos e estatísticos instantâneos, além de índices e cenários estratégicos de comunicação, em tempo real.

8.5.7.4. A ferramenta deve apresentar até três níveis de acesso (administrador, gestor e usuário), com funções e atribuições distintas para cada nível e com gestão e liberação pelo gestor do contrato, para efeito de segurança das informações, o que será definido quando da assinatura do contrato, podendo sofrer alterações durante a sua execução.

8.5.8. Elaboração de relatórios, transcrições e disponibilização de mailing jornalístico:

8.5.8.1. Elaboração de relatórios solicitados pela CONTRATANTE, que estejam no âmbito dos serviços prestados por este contrato, desde que não ultrapassem o limite de 600 (seiscentas) laudas por mês.

8.5.8.2. Transcrições até o limite de 1200 (mil e duzentas) laudas por mês. A lauda será contabilizada de acordo com as normas ABNT (Formato A4. Espaçamento de 1,5. Letra tipo Arial, tamanho 12. Margens esquerda e superior com 3,0 cm; direita e inferior com 2,0 cm). A empresa CONTRATADA ficará com a incumbência de realizar transcrições de dois tipos:

8.5.8.2.1. Das matérias de TV e rádio, que deverão ser realizadas por

SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO | DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO |



/ASSEMBLEIASP



WWW.AL.SP.GOV.BR



PABX (11) 3886-6000



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SÃO PAULO - SP - CEP 04097-900 - CNPJ 59.952.259/0001-85

Alesp
190
anos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ferramenta automatizada e disponibilizada assim que o conteúdo for publicado na plataforma. Essas transcrições não deverão ser contabilizadas neste item de 1200 laudas extras que são destinadas a outras demandas da CONTRATANTE;

8.5.8.2.2. De discursos, coletivas e apresentações formais da autoridade representante do Poder Legislativo do Estado de São Paulo (Presidente, 1º e 2º secretários). Os arquivos de áudio serão fornecidos pelo Departamento de Comunicação, cuja entrega deverá ocorrer em até 4 (quatro) horas.

8.5.8.2.3. Disponibilizar na ferramenta, ou em sistema dedicado, mailing jornalístico para distribuição eletrônica de conteúdo em formato de áudio ou texto para ser baixado por veículos de comunicação via download. A Contratada deverá entregar diariamente relatório no qual conste o monitoramento da quantidade de downloads realizados, assim como data, horário, nome dos veículos, cidade-sede e população da respectivas cidades-sede, além de manter o armazenamento do conteúdo disparado durante o prazo de prestação contratual.

8.5.9. Sistema de Alertas em Tempo Real

8.5.9.1. A empresa CONTRATADA será responsável pela criação e manutenção de um sistema de emissão de alerta de matérias veiculadas em rádios e TVs em tempo real para serem respondidas durante a exibição ou transmissão do respectivo programa. Os alertas deverão ser enviados, no mínimo, por e-mail e aplicativos de mensagens instantâneas - a exemplo do Telegram e WhatsApp - a ser acordado com o CONTRATANTE.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- 8.5.9.2.** Os alertas deverão considerar matérias que, consoante critérios técnicos e estatísticos definidos juntamente com o gestor, após a assinatura do contrato, necessitem de imediata intervenção e/ou correção de comunicação quando estão sendo veiculadas pelos meios de comunicação.
- 8.5.9.3.** O gestor do contrato definirá previamente os critérios de avaliação, bem como o grupo de usuários a quem se destinarão os respectivos alertas.
- 8.5.9.4.** As matérias que forem sinalizadas pelo sistema de alertas deverão estar disponíveis para consulta, envio, download e outros usos em, no máximo, 25 (vinte e cinco) minutos após a respectiva veiculação.
- 8.5.9.5.** Os alertas deverão considerar matérias que, consoante critérios técnicos e estatísticos, observando as palavras-chaves do Anexo - Relação I, que poderão ser acrescidas ou suprimidas pela CONTRATANTE, necessitem de imediata intervenção e/ou correção de comunicação no momento em que estão sendo veiculadas pelos meios de comunicação.
- 8.5.9.6.** Para emissão de alertas deverão ser considerados os seguintes veículos e horários, não exaustivos, podendo a CONTRATANTE acrescentar ou substituir veículos a qualquer tempo, constantes no Anexo - Relação I:
- 8.5.9.6.1.** TV – São Paulo: Cultura, SBT, TV Globo, Globo News, Record News, TV Câmera, Record, Bandeirantes, Gazeta, Rede TV - De segunda à domingo, das 5h até 24h
- 8.5.9.6.2.** Rádio – São Paulo: Rádio CBN, Rádio Bandeirantes AM, Rádio Jovem Pan, Rádio Eldorado FM, Rádio Capital, Rádio Globo, Rádio Band News FM e Rádio Trânsito - De segunda à domingo, das 5h até 24h
- 8.5.9.6.3.** Online - Uol, Metrôpoles, G1, Estadão, Folha de S.Paulo, O Globo, R7,





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNN, Globo News, Poder 360, SBT, Valor, Veja, Band, O Antagonista e Exame - De segunda à sexta-feira, das 5h até 22h - Aos sábados e domingos, das 5h até 24h.

8.5.9.6.4. Também poderão ser solicitados alertas de sites regionais pela CONTRATANTE, a exemplo de: RAC, Sampi, A Tribuna, Cruzeiro do Sul, Diário da Região, Diário de Taubaté, MogiNews, Diário do Litoral, Jornal de Jundiaí, O Imparcial, O Liberal, Primeira Página - De segunda à sexta-feira, das 5h até 22h - Aos sábados e domingos, das 5h até 24h.

8.5.9.7. O desligamento/inabilitação de usuário deve incluir a sua exclusão dos meios utilizados no sistema de emissão de alerta do subitem 8.5.9.

8.5.10. Dashboard e Relatórios de Avaliação de Monitoramento

8.5.10.1. A empresa CONTRATADA deverá apresentar Metodologia de Indexação de Matérias, que permita através de uma análise quantitativa e qualitativa (negativa, neutra ou positiva), identificar os principais focos abordados pela mídia, por meio da somatória destas ocorrências, a ferramenta deverá mostrar dinamicamente, quais assuntos estão sendo mais abordados na mídia, colocando-os em destaque para que a equipe do DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO possa estar atenta aos fatos e tomar as providências necessárias.

8.5.10.2. Caberá à empresa CONTRATADA apresentar sistema de consulta online que possibilite ter acesso a um data visualization / dashboards com a compilação e avaliação das matérias coletadas que demonstrem, por meio de gráficos, tabelas ou similares itens, como:

- Números total de matérias;
- Tempo de exposição em TVs e rádios;





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- Assuntos mais publicados ou comentados;
- Classificação das matérias - de acordo com o “item 8.5.3.”;
- Percentual por classificação;
- Período;
- Tipos de veículos (TV, rádio, web, impressos);
- Veículos;
- Regiões ou cidades;
- Departamentos;
- Número de notícias por veículo e por assunto;
- Valoração do conteúdo monitorado;
- Alcance potencial das matérias coletadas;
- Número e percentual de matérias desse universo que foram replicadas a partir de divulgação da produção de conteúdos.
- Índice de avaliação de exposição (negativa / positiva / neutra / reputação);
- Índice de exposição na mídia, diária / semanal / mensal

8.5.10.3. As notícias deverão ser avaliadas de acordo com o “item 8.5.3” e identificadas por ícones que representem o resultado da avaliação.


8.5.10.4. Também deve apresentar os destaques do mês, com os três assuntos mais relevantes, em termos de menção nos veículos de comunicação.

8.5.10.5. Cada um dos gabinetes também deverão possuir seu dashboard

SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO | DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO |

    /ASSEMBLEIASP

 WWW.AL.SP.GOV.BR

 PABX (11) 3886-6000

 AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SÃO PAULO – SP – CEP 04097-900 – CNPJ 59.952.259/0001-85

Alesp
190
anos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

individualizado dentro da plataforma.

8.5.11. Apresentação de Relatório *Ad hoc*

8.5.11.1. A CONTRATADA deverá entregar ao gestor do contrato relatório mensal, até o 7º dia útil do mês posterior ao mês de prestação de serviços, por e-mail. O documento deve seguir a metodologia “Ad hoc” a partir da base de dados do universo monitorado de matérias, de acordo com as necessidades que se apresentarem ao longo da vigência do contrato. O modelo do relatório, bem como as categorias e campos a serem incluídos deverão ser aprovados pelo CONTRATADO com a CONTRATANTE. Os relatórios devem trazer informações quantitativas e analíticas que contribuam com tomadas de decisão da CONTRATANTE.

8.5.11.2. Os relatórios de compilação e avaliação devem permitir a realização de cruzamentos de informações a fim de contribuírem com o desenvolvimento de estratégias e definição dos planos de comunicação de responsabilidade do Departamento de Comunicação.

8.5.11.3. O mesmo formato de Relatórios “Ad hoc” poderá ser solicitado pelo gestor do contrato para cenários, universos, períodos ou temáticas específicas pelo CONTRATANTE, a depender de sua necessidade. Os relatórios de compilação que trata esse item terão prazo de 24 horas da sua solicitação para serem entregues.

8.5.11.4. No referido relatório mensal deverão ser apresentados:

8.5.11.4.1. Avaliação qualitativa das notícias e principais destaques com repercussão na imprensa e impacto nos índices de desempenho de mídia.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

8.5.11.4.2. Histórico de avaliação e compilação das notícias, permitindo a detecção de eventuais momentos críticos e de repercussão, cujo conteúdo deve comparar a avaliação do mês focado com os meses anteriores, até o máximo de 15 (quinze) meses pretéritos;

8.5.11.4.3. Resumo geral de registros publicados pela imprensa, considerando todas as mídias aqui relacionadas, com número de notícias, centimetragem ou minutagem, apresentando a série histórica dos últimos meses, até atingir os últimos doze meses, considerando que a mensuração de centimetragem e minutagem devem disponibilizar os indicadores de repercussão;

8.5.11.4.4. Tendências reveladas pelo noticiário colhido no mês, no todo e por tipo de mídia (impressa, televisão, rádio e Web), com identificação de pontos que necessitem de esclarecimentos.

8.5.11.4.5. Análise quantitativo e qualitativo das matérias replicadas em outros veículos de comunicação a partir de divulgação da produção de conteúdos.

8.5.12. Monitoramento Publicitário

8.5.12.1. Verificação publicitária. A solução deverá permitir o acompanhamento das inserções publicitárias contratadas e constantes nas autorizações de plano de mídia ou documento similar.

8.5.12.2. Comprovação das veiculações. Produção de documento oficial que comprove as veiculações publicitárias realizadas.

8.5.12.3. Identificação das falhas. Acompanhamento das falhas identificadas na





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

veiculação do plano de mídia.

8.5.12.4. Acompanhamento das compensações das falhas de veiculação identificadas.

8.5.12.5. Relatório de ocorrências. Apresentação de relatórios que comprovem os investimentos ocorridos em cada veículo contratado, descrevendo quantidade, valores e campanhas realizadas.

8.5.12.6. A empresa deve ser habilitada para realização desse serviço, com comprovação por atestado de capacidade técnica com este fim específico.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. Os serviços objeto deste estudo Técnico Preliminar são prestados ao Departamento de Comunicação há muitos anos da forma como foram detalhados no item 8, salvo cirúrgicas alterações para contemplar os avanços vivenciados pelos meios de comunicação.

9.2. Determina o art. 47, da Lei n. 14.133/2021, inciso II, que as licitações de serviços atenderão aos princípios do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, e prossegue explicando em seu §1º que na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados: I - a responsabilidade técnica; II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens; III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

9.3. Pois, bem, todos os serviços que integram o escopo contratual são prestados pelas empresas que atuam nesse nicho de mercado, as cotações obtidas demonstram a veracidade dessa afirmação, não existindo nenhum insurgimento das empresas consultadas que evidencie a necessidade de dissociar qualquer um deles a fim de obter



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

alguma ampliação da competitividade que se espera do certame.

- 9.4.** O certame licitatório processado para a contratação anterior, objeto do Pregão 62/2020, Processo Digital 583/2019, contou com a participação de 06 empresas do ramo, uma delas desistente, remanescendo MyClipp Serviços e Informações Ltda, William Soares de Lima, I4 Processamento e Sistemas de Informações Ltda, Boxnet Serviços de Informações Ltda e Five Facilities Mão de Obra Terceirizada Eireli. Fica demonstrada, pois, a competitividade do modelo adotado.
- 9.5.** Além disso, cabe destacar que a manutenção da contratação da forma como modelada há anos está totalmente alinhada com a nova legislação de compras em vigor. Ao optar por uma contratação única, estamos promovendo a simplificação e a agilidade nos procedimentos, reduzindo a burocracia e os custos administrativos associados à gestão de contratos fragmentados.
- 9.6.** Ao garantir o acesso ininterrupto ao serviço de monitoramento ao longo do período contratual, estamos cumprindo com os princípios de economicidade, assegurando que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e responsável. A inclusão do suporte técnico e das atualizações como parte integrante da solução também desempenha um papel fundamental na efetividade das operações, permitindo que o Departamento tenha acesso a assistência especializada e a tecnologias atualizadas para garantir a qualidade e a continuidade do serviço. De toda sorte, fragmentar tais serviços sequer se mostra viável do ponto de vista técnico, vez que a ferramenta de buscas oferecida pelas empresas do ramo são "autorais", ou seja, de propriedade de cada uma delas e a pesquisa retornou que não existe um mercado propriamente dito para dar suporte e manutenção dessas ferramentas.
- 9.7.** Ao optar pela contratação integral da solução, estamos promovendo uma gestão eficiente e transparente dos recursos públicos, garantindo que as necessidades do Departamento de Comunicação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo sejam atendidas de forma abrangente e sustentável ao longo do contrato. Essa abordagem também contribui



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

para a otimização dos processos internos, permitindo que a equipe do Departamento se concentre em suas atividades, sem a necessidade de lidar com a complexidade e os desafios administrativos associados.

9.8. Em razão do exposto, está garantida a competitividade do futuro certame, sem comprometimento das necessidades do Departamento de Comunicação.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Diante do cenário dinâmico e em constante transformação da comunicação pública, o Departamento de Comunicação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo reconhece a necessidade de adotar ferramentas estratégicas que acompanhem as demandas crescentes e assegurem a efetividade da comunicação governamental.

10.2. Nesse contexto, a contratação de uma empresa especializada em monitoramento de mídia é medida crucial para atender às exigências contemporâneas de uma comunicação pública moderna e eficiente.

10.3. Ao implementar esse serviço, o Departamento almeja não apenas acompanhar, mas também promover a transparência, fortalecendo a imagem institucional e otimizando o uso dos recursos públicos. Neste contexto, destaca-se a importância dos ganhos diretos e indiretos proporcionados pela contratação desse serviço, os quais são apresentados detalhadamente a seguir.

10.4. Ganhos Diretos:

10.4.1. Acompanhamento em tempo real das menções da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, por meio da coleta e análise de dados provenientes de diversas fontes, como a imprensa tradicional e plataformas digitais. O Departamento de Comunicação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, por intermédio da contratação,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

obtem uma visão abrangente e em tempo real da percepção pública em relação às ações, projetos e serviços colocados à disposição da população, à atuação do Parlamento Legislativo e satisfação dos interesses públicos (interesses da coletividade);

10.4.2. O monitoramento da forma como previsto na descrição dos serviços permite ao Departamento de Comunicação a apresentação de respostas rápidas e precisas às situações de crise, em especial para orientação da população;

10.4.3. O monitoramento possibilitará a mensuração objetiva do alcance e impacto das iniciativas de comunicação, fornecendo dados concretos para aprimoramento estratégico e otimização dos recursos públicos alocados.

10.4.4. Fortalecimento das ações e iniciativas desenvolvidas pela Assembleia do Estado, através do monitoramento contínuo da percepção pública e da gestão proativa de crises, o Departamento de Comunicação poderá consolidar o compromisso do Parlamento Estadual e o Governo Estadual frente ao atendimento das necessidades do Cidadão.

10.5. Ganhos Indiretos:

10.5.1. Os serviços da forma como foram modelados permitirão ao Departamento de Comunicação obter uma compreensão abrangente da forma como as ações da Alesp são percebida pela sociedade, contribuindo para uma comunicação mais transparente e responsável.

10.5.2. A análise dos dados de monitoramento possibilitará a identificação de áreas de melhoria nas estratégias de comunicação, promovendo a otimização da qualidade e eficácia das iniciativas de comunicação pública.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

10.5.3. A prestação dos serviços capacitará o Departamento de Comunicação a tomar decisões estratégicas embasadas em dados atualizados e concretos, direcionando as ações de comunicação para os públicos e canais mais relevantes.

10.5.4. O monitoramento viabilizará a alocação mais eficiente dos recursos disponíveis, direcionando os esforços de comunicação para as áreas que oferecem maior retorno e impacto.

10.6. Pelo exposto, a continuidade da prestação dos serviços de monitoramento de mídia se configura como uma ferramenta estratégica de grande importância para o Departamento de Comunicação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. A manutenção desse serviço permite o fortalecimento da transparência governamental, aprimorando a qualidade da comunicação pública e otimizando a gestão dos recursos disponíveis.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

11.1. Os serviços são prestados atualmente por empresa contratada para tal desiderato, no caso de outra empresa sagrar-se vencedora do certame a transição dos serviços será conduzida com meticulosidade e diligência, refletindo o compromisso do Departamento com a eficiência, transparência e excelência na gestão da comunicação pública.

11.2. Providências Necessárias

11.2.1. Após o início da prestação dos serviços e a implementação do sistema, será iniciado o processo de fiscalização da execução do contrato e avaliação periódica da eficácia, identificando áreas de melhoria e ajustando o sistema conforme necessário.

11.2.2. Por fim, será estabelecido um processo de prestação de contas mensal, no qual a empresa contratada deverá apresentar relatórios detalhados sobre o desempenho do serviço. Esses relatórios serão utilizados pela fiscalização para acompanhar o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

cumprimento dos requisitos estabelecidos e para tomar decisões informadas sobre eventuais ajustes ou melhorias que se façam necessárias.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1. A contratação de uma empresa especializada visa principalmente a obtenção de informações precisas e atualizadas sobre a percepção pública das ações governamentais, bem como o monitoramento de eventuais crises de reputação e a identificação de oportunidades de comunicação.

12.2. Não há contratações correlatas ou interdependentes, uma vez que o serviço pretendido é autônomo e independente de outros serviços ou fornecedores.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Ao avaliar os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação do serviço de monitoramento de mídia, é importante ressaltar que nossas conclusões são fundamentadas na análise da nossa contratação atual, a qual guarda uma semelhança substancial com a contratação futura que está sendo considerada.

13.2. A contratação desempenha um papel fundamental na redução dos impactos ambientais associados às atividades de comunicação do Departamento, haja vista que optar por esse tipo de serviço, que envolve o monitoramento de notícias vinculadas em diversos meios de comunicação, incluindo TV, rádio, internet e impresso, o Departamento está adotando práticas sustentáveis que visam promover a preservação do meio ambiente.

13.3. Um dos principais benefícios ambientais da contratação de uma empresa de monitoramento de mídia é a redução do consumo de papel. No caso do monitoramento de notícias veiculadas em jornais impressos, por exemplo, todo o conteúdo é digitalizado e disponibilizado de forma eletrônica, eliminando a necessidade de impressão em papel



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

físico. Isso resulta em uma significativa economia de recursos naturais e redução da quantidade de resíduos sólidos gerados.

- 13.4.** Além disso, o monitoramento direcionado oferecido por empresas especializadas evita o uso desnecessário de aparelhos eletrônicos, como televisores e rádios, que ficariam ligados simultaneamente para o acompanhamento da cobertura midiática. Ao concentrar o monitoramento em uma plataforma digital centralizada, o Departamento reduz o consumo de energia elétrica e contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa associadas à produção de eletricidade.
- 13.5.** Outra vantagem ambiental é a redução das emissões de carbono associadas ao transporte físico de jornais e revistas. Com o monitoramento digitalizado, não é necessário transportar fisicamente exemplares de jornais e revistas de um local para outro, o que resulta em uma diminuição das emissões de poluentes atmosféricos e contribui para a preservação da qualidade do ar.
- 13.6.** Em suma, a contratação de uma empresa especializada em monitoramento de mídia não apenas atende às necessidades de comunicação do Departamento de forma eficaz, mas também oferece oportunidades significativas para promover a sustentabilidade ambiental e contribuir para a preservação do meio ambiente.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

- 14.1.** Diante do exposto, conclui-se que esta contratação é viável.

14.2. Justificativa da Viabilidade

- 14.2.1** Com base no Estudo Técnico Preliminar, é evidente a viabilidade e a necessidade da contratação de uma empresa especializada em monitoramento de mídia para o departamento. Este estudo identificou diversos pontos que reforçam a importância e a efetividade dessa contratação.

SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO | DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO |



/ASSEMBLEIASP



WWW.AL.SP.GOV.BR



PABX (11) 3886-6000



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SÃO PAULO - SP - CEP 04097-900 - CNPJ 59.952.259/0001-85

Alesp
190
anos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- 14.2.2** Primeiramente, destaca-se que este serviço já é prestado para a departamento, o que por si só atesta viabilidade da contratação. A continuidade desse serviço é essencial para o pleno funcionamento dos serviços de assessoria de imprensa da ALESP, garantindo o acompanhamento eficaz da cobertura midiática das ações governamentais.
- 14.2.3** Além disso, o Estudo Técnico Preliminar evidenciou que referido serviço desempenha um papel fundamental na gestão da comunicação pública, proporcionando uma visão abrangente da percepção pública sobre as ações do Parlamento Estadual identificando crises potenciais e auxiliando na tomada de decisões estratégicas embasadas em dados concretos.
- 14.2.4** Outro ponto relevante é que a contratação contribuirá para a otimização dos serviços de assessoria de imprensa, possibilitando uma resposta ágil e precisa a demandas da imprensa e garantindo uma comunicação pública consistente e transparente aos cidadãos.
- 14.2.5** Portanto, com base nos resultados do Estudo Técnico Preliminar, é incontestável a viabilidade e a importância da contratação de uma empresa especializada em dados e informações pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Essa contratação não apenas assegurará a continuidade de um serviço essencial, mas também fortalecerá a capacidade da Unidade de gerir a comunicação pública de forma eficaz e estratégica.

Matheus Perez Granato

Diretor de Comunicação



Assinado por : MATHEUS PEREZ GRANATO:28117366894

Data assinatura :15/10/2025 18:32:16

Assinado por : RICARDO DE OLIVEIRA:12764805802

Data assinatura :22/10/2025 12:49:51